

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS - CESP  
CURSO EM LICENCIATURA EM LETRAS

**MUHURADA: POESIA ÉPICA NO CONTEXTO AMAZÔNICO**

MURILO WALTER ASSAYAG LOPES

ORIENTADOR DOUTOR WEBERSON FERNANDES GRIZOSTE

Parintins

2018

MURILO WALTER ASSAYAG LOPES

**MUHURADA: POESIA ÉPICA NO CONTEXTO AMAZÔNICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Licenciatura em Letras, da Universidade do Estado do Amazonas, como pré-requisito para a obtenção de nota na disciplina Pesquisa e Produção Acadêmica em Letras III.

Orientador:

Prof. Dr. Weberson Fernandes Grizoste

Parintins-AM

2018

MURILO WALTER ASSAYAG LOPES

**MUHURADA: POESIA ÉPICA NO CONTEXTO AMAZÔNICO**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de licenciado em Letras pela Universidade do Estado do Amazonas.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof. Dr. Weberson Fernandes Grizoste (CESP-UEA)

(Orientador)

---

Prof<sup>ª</sup>. Ms. Dilce Pio Nascimento (CESP-UEA)

(Examinador Interno)

---

Prof<sup>º</sup>. Esp. Francisco Bezerra dos Santos (CESP-UEA)

(Examinador Interno)

## **Sumário**

Resumo.....	5
Introdução .....	6
Poesia Épica no Contexto Luso-Brasileiro.....	8
Poesia Épica no Contexto Amazônico Colonial.....	12
Poesia Épica no Contexto Amazônico .....	16
Considerações Finais.....	20
Referências Bibliográficas .....	21

## RESUMO

O artigo tem como objetivo compreender o contexto relativo ao período de produção da *Muhuraida*, de autoria do militar português Henrique João Wilkens, bem como o contexto literário referente à tradição épica brasileira colonial, relacionando com outras obras do período descrito. Vista também analisar a importância do pioneirismo da *Muhuraida* como texto primogênito na literatura amazonense. A metodologia utilizada na produção deste artigo consiste no método bibliográfico, com base em autores como Amoroso (1992); Costa (2013); Góis (2013); Grizoste (2018); Pêgo (2010); Silva & Ramalho (2011) e Treece (1993).

**Palavras-chave:** *Muhuraida*; Literatura; Amazônia; Contexto; Mura.

## INTRODUÇÃO

Escrito pelo militar português Henrique João Wilkens, o poema épico *Muhuraida ou o triunfo da fé* consiste em um dos primeiros textos literários produzidos na Amazônia, por ordem da Coroa Portuguesa, com o fim de relatar os sucessos da administração do Diretório de índios na região amazônica, em detrimento dos jesuítas, ordem religiosa que há poucos anos antes havia sido expulsa do Brasil a mando do Marquês de Pombal, sendo um dos principais acontecimentos ocorridos em sua administração na colônia portuguesa. Além de importante texto literário para o qual começaria a se desenvolver a literatura amazônica, a *Muhuraida* também é um importante documento que narra os acontecimentos ocorridos na região que compreende o atual estado do Amazonas, aproximadamente no final do século XVIII, em relação à administração portuguesa na região.

A *Muhuraida*, junto com *O Uruguai*, de Basílio da Gama (1768) e *Caramuru*, de Santa Rita Durão (1781), vêm a iniciarem as feições e características do gênero épico no Brasil, no século XVIII. Enquanto o poema de Wilkens se baseia nos acontecimentos ocorridos na região Norte do Brasil, *Caramuru* irá relatar os fatos ocorridos na região Nordeste, e *O Uruguai* irá especificar os acontecimentos no Sul do Brasil. Nos três poemas árcades a temática e a imagem do indígena finda por aparecer como tema principal.

O poema épico *Muhuraida* foi escrito em 1785, e é conhecido como o primeiro poema heroico escrito em língua portuguesa sobre o Amazonas, sendo que esse material foi editado pelo padre português Cypriano Pereira Alho, em 1819. O poema descreve as condições da rendição da nação indígena Mura e o processo de conversão à fé católica, ao mesmo tempo em que revela a capacidade de organização indígena na defesa de seus interesses, como o seu território, e apresenta a João Pereira Caldas, Governador e Capitão General, que tinha sido do Pará e então nomeado para o Governo Geral das Capitanias de Mato Grosso e Cuiabá, encarregado da efetiva execução do tratado preliminar de paz, estando na Vila de Ega, no Rio Solimões. Wilkens escreveu e dividiu o poema está dividido em seis cantos e 1072 versos e 134 oitavas, sendo que os cantos II e VI possuem 23 oitavas e os demais 22.

Essencialmente, o objetivo deste poema épico foi exaltar a glória e o poderio militar português, e as ações da Coroa Portuguesa de ocupação da região amazônica e pacificação dos nativos no território amazônico, em detrimento dos valores e tradições indígenas, visto como bárbaro, selvagem e extremamente perigoso e irredutível com a ocupação do homem branco europeu. É a luta da civilização contra a barbárie, a personificação clássica do bem contra o mal, da luz contra as trevas, sendo os índios Mura “possuídos” e guiados em suas ações de guerra contra os europeus pelo Príncipe das Trevas, e é dever dos portugueses “libertá-los do mal” e conduzi-los à conversão ao cristianismo católico, em detrimento de sua cultura e religiões nativas.

Na imagem do Mura Jovem vê-se a tendência ao progresso, à vontade de mudar presente na juventude, de experimentar o novo, às mudanças. Enquanto a imagem do Ancião, também chamado de Mura Velho, representa a aversão às mudanças vividas naquela época, que se fecha às mudanças. Ele remete a uma resistência em dialogar com o homem branco, resistência essa empreendida pelos nativos por todo o Brasil Colônia. Os personagens João Pereira Caldas, Governador da Capitania do Grão-Pará, João Batista Martel, o Tenente-Coronel, e Mathias Fernandes representam a presença militar portuguesa no processo de pacificação e conseqüente conquista dos índios Mura, e assim da região amazônica. A imagem do governador Caldas vem a ser destacada como importante papel deste para o sucesso do processo de pacificação dos Mura, sendo-lhe dedicado um elogio por parte de Wilkens. O Mensageiro Celestial, que vem no poema aparecer também com o nome de Paraninfo e Mura Celeste, vem a construir a ideia do sobrenatural, buscando inserir a imagem de uma conquista empreendida como um acontecimento sagrado, uma obra divina, ou interferência direta da Providência Divina, em que o próprio Senhor Deus atua na empreitada portuguesa, no momento em que o Mensageiro Celestial, um Anjo de Deus, aparece ao Jovem Mura para guiá-lo na conversão de seu povo. Este imagina ser um parente falecido recentemente, que havia sido devorado por um crocodilo. Em oposição a estes, vemos surgir a imagem do Príncipe das Trevas, que concebe a imagem do próprio Diabo, tido como o principal complicador da conciliação entre os Mura e os portugueses, induzindo-os a guerrear contra os portugueses e corrompendo-os em suas ações.

Henrique João Wilkens, conforme diz Góis (2013, p. 186), foi um tenente-coronel português que viveu no Amazonas no século XVIII, e com seu conhecimento sobre engenharia, foi importante para os projetos portugueses no que diz respeito às demarcações de terras e limites no Estado do Grão-Pará. Porém, os relatos e

documentos sobre o autor português são escassos, pouco se sabendo sobre sua vida e o que aconteceu depois da composição de seu poema, ou mesmo quando morreu.

## POESIA ÉPICA NO CONTEXTO LUSO-BRASILEIRO

Na época em que Wilkens escreveu a *Muhuraida*, os domínios portugueses não estavam mais se expandindo por entre os outros continentes, e o projeto colonialista português estava entrando em relativa decadência sem precedentes. Em consequência disso, surgiram as crises políticas, surgidas desde o século XVIII, intensificando-se ainda até na primeira metade do século XIX.

Análogo à esse período conturbado da colonização portuguesa no mundo, não sendo diferente na América Portuguesa, na Amazônia será lançada a influência resultante do conceito literário épico-árcade, presente em vários poemas épicos produzidos no Brasil no decorrer principalmente do século XVIII. Evidente isso resultando na produção da *Muhuraida* em 1785.

O poema épico de Wilkens foi produzido no período do governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, tempos após a Companhia de Jesus ser banida pela Coroa Portuguesa no Brasil, sendo nesse período o sistema administrativo dos Diretórios de índios consolidado no Norte da colônia. Há dois séculos os jesuítas começaram a administrar as aldeias missionárias indígenas e coordenando o trabalho dos indígenas, e capitaneando junto com outras missões de instituições católicas as missões com o intuito de converter os nativos brasileiros ao cristianismo. No seu governo, o Marquês irá perserguir a instituição, sendo conhecida como uma das principais ações deste na América Portuguesa. Uma das mais importantes reformas do Marquês na política em relação aos indígenas, diz respeito à promulgação do *Directório do que se deve observar nas Povoações dos Índios e do Pará, e Maranhão enquanto sua Majestade não mandar o contrário*, de 1758, código legislativo que vem a tornar a administração dos aldeamentos indígenas comandada por diretores laicos, visando a enfraquecer a Companhia de Jesus nos domínios da Amazônia:



Efetivamente, a 6 de junho de 1755, D. José assinou a lei que restituía aos índios do Grão-Pará e Maranhão a liberdade de suas pessoas, bens e comércio e, no dia seguinte, o Alvará com com força de lei que terminava definitivamente com a administração dos mesmos índios pelas ordens religiosas. Neste contexto, é um fator de relevância a tentativa de o Marquês acabar com o poder econômico e político dos Jesuítas no Brasil, em especial no estado do Norte, cujas fronteiras estavam sob ameaça permanente das potências estrangeiras e a sua defesa dependia das ‘muralhas do sertão’, os índios, que estavam sob controle dos missionários. Ao mesmo tempo, era necessário retirar-lhes o grande peso que exerciam na economia e no comércio brasileiros, que passava, no estado grão-paraense, pelo domínio dos índios (AMORIM & MENDES, p. 46).

Esse documento trata da implantação dos Diretórios na administração dos aldeamentos indígenas na Amazônia, vindo a sua administração ser realizada por diretores leigos. Naquele momento mostrou-se a crise de interesses nas relações entre o Estado Português e a Igreja no final do século XVIII.

Importante destacar as temáticas dos poemas dessa época, segundo a concepção literária árcade-neoclássica brasileira. Seguindo uma análise cronológica, podemos destacar primeiro o *Caramuru* (1781), de Santa Rita Durão, poema épico que narra os acontecimentos ocorridos no Nordeste, e o descobrimento da Bahia no século XVI, exaltando as ações dos jesuítas, na conversão dos nativos ao cristianismo, e ajudando os portugueses a consolidar a conquista do Brasil (GRIZOSTE, 2018, p.93). Depois evidenciamos a narrativa realizada em *O Uruguai* (1769), de Basílio da Gama, história passada na Região Sul, na época em que a Coroa Portuguesa, sob a liderança do Marquês de Pombal, vem a realizar ações visando expulsar os jesuítas do Brasil, levando em questão no poema uma crítica ao papel dos jesuítas no Sul da colônia, na região dos Sete Povos das Missões, no atual Rio Grande do Sul, e vindo a fazer uma *laudatio* ao Marquês. A *Muhuraida* (1785) vem a finalizar esse ciclo narrando os embates entre brancos e Mura, e em um momento que a mudança governamental na Amazônia já estava consolidada, com a expulsão da Companhia de Jesus dos domínios amazônicos e a criação dos Diretórios, assumindo a administração e também a educação dos índios diretores leigos, vindo a ser realizada no poema por Wilkens a exaltação do papel e trabalho dos diretores na pacificação dos índios da Amazônia. Na trilogia épica árcade brasileira é necessário observar que *O Uruguai* foi o mais antigo poema épico dessa tríade, sendo produzido antes do *Caramuru*. A *Muhuraida*, assim como irá afirmar Treece (1993, p. 17) não transcende o contexto político daquela época e exatamente por isso dá-nos uma dimensão mais realista, as contradições e as políticas indígenas adotadas. Ela elogia João Pereira Caldas, governador do Grão-Pará e atuante

importante no tratado de limites para a região Amazônica. Outra figura e personagem importante retratado na epopeia amazônica é a de Mathias Fernandes, diretor do aldeamento indígena de Imapiri, nos esforços de reconciliação com os Mura. Da forma como são apresentados os exemplos da missão e conversão dos Mura, de maneira como irão ser registrados no poema épico, dão o indício da aprovação do suposto êxito da legislação dos Diretórios, que passou a administrar os assuntos indígenas, como forma de realizar a “assimilação” da população indígena na sociedade e economia regionais.

O que a *Muhuraida* tem em comum com os outros poemas árcades-épicas brasileiros é o enorme interesse, e simpatia, pelos indígenas com as quais tiveram contato. Como explica Grizoste (2018, p. 96), compreende-se um nacionalismo implícito nas obras de Durão e Basílio, não fosse a defesa que estes autores teceram em torno da legitimidade de Portugal, e da subordinação das tribos indígenas, como de toda colônia brasileira, fato que se confirma também no poema de Wilkens; todos, ressaltando, claro, o papel de Portugal enquanto dinamizador da fé cristã no Novo Mundo – função essa indicada, por exemplo, já na carta de Pero Vaz de Caminha. Seguindo a essa análise, é importante citar a influência de Camões nos poemas épicas compostas no Brasil, principalmente os três citados, na função de narrar e exaltar as conquistas portuguesas em seus domínios ultramarinos, e a glória portuguesa levada ao mundo por meio das conquistas militares. Assim, podemos afirmar que esses poetas compuseram e viveram sob a sombra de Camões.

É essencial destacar a importância que a *Muhuraida* exerce na ideia, assim como nos estudos, acerca da concepção literária árcade-neoclássica brasileira, que será denominada Modelo Árcade-Neo-Clássico, concepção essa que irá surgir na literatura ocidental no século XVIII. Junto das obras já citadas aqui, como *O Uruguai* e *Caramuru*, as obras de cunho épico *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, irão configurar o conceito de literatura épica árcade-neoclássica brasileira como apontam Silva & Ramalho (2011, p. 13). No que se diz em identidade de um Brasil colonial, a épica árcade neoclássica brasileira realizará uma nova etapa de integração da expressão diferenciadora da brasilidade na matriz daquela então literatura importada, adicionando à tradição americana nativa universalidade das formas épicas e o aprimoramento artístico da expressão literária brasileira. Na literatura brasileira, essas obras irão inaugurar também, a galeria épica dos heróis nacionais, introduzindo na literatura o ingresso de personalidades heroicas, protagonistas de episódios relevantes da história

colonial no Brasil, independentemente da natureza histórica do momento fundador, de nacionalidades portuguesa ou brasileira que originem a sua criação.

A idealização da poética árcade neoclássica no Brasil do século XVIII, junto com as ideias iluministas de reformulação do pensamento ocidental e humano, deve-se, pelo ideal artístico do movimento, e à integração literária da tradição nativa. Sob o ponto de vista literário o poema de Wilkens não conseguiu um lugar de destaque na literatura brasileira. Porém, lhe é reconhecido o mérito de ser o texto fundador da literatura amazônica.

Entende-se que a concepção literária árcade-neoclássica, como faz entender Silva & Ramalho (2011, p. 11-12), iniciada no continente europeu, estivesse mais favorável a expressar o pensamento europeu do século XVIII. Nesse sentido, tal ideia iria fazer-se inadequada para expressar o pensamento nativo do Novo Mundo. Faltando uma memória cultural e de uma história escrita anterior, o poeta brasileiro ficava impedido de escrever sobre o sentimento de exílio, estimulado, embora, pela concepção literária árcade e épica, a expressar o desejo de retornar a um passado inexistente. Seria natural que esta falta no segmento da tradição nativa, provocada pela ausência da experiência do exílio, levasse o poeta árcade brasileiro a projetar sobre o quinhentismo europeu os seus referenciais de busca do equilíbrio, transformando o desconforto do choque encontrado antes em um convencionalismo e afeição. Porém, deixa-se claro que não foi o que aconteceu com os mais destacados poetas árcades brasileiros, que exploraram da concepção arcádica para introduzir na tradição nativista a matriz literária importada. No caso da epopeia, a retomada da tradição épica, renovada na manifestação literária da concepção árcade-neoclássica, favoreceu além da integração da tradição nativista em obras particulares, mas também a inserção destas no caminho da poesia épica.

O poema de Wilkens não foi incorporado, como afirmam Silva & Ramalho (2011, p. 23), embora tratando do confronto entre o colonizador e os nativos, na tópica heroica da épica setecentista, pelo movimento indianista romântico da primeira metade do século XIX, que acabou consagrando em tese apenas os poemas de Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Por inexistência de recepção crítica, inclusive de nossas histórias literárias, permaneceu desconhecido do público, vindo recentemente a despertar o interesse de estudiosos da literatura amazônica, além de estudiosos da etnografia.

## POESIA ÉPICA NO CONTEXTO AMAZÔNICO COLONIAL

A *Muhuraida* teve como objetivo maior, como explica Treece (1993, p. 17) narra de forma poética os acontecimentos ocorridos no território amazônico, principalmente nas margens dos rios Madeira e Solimões, em plena colonização portuguesa, no século XVIII, os conflitos militares e tentativas de reconciliação com a nação Mura, e conseqüentemente, os feitos e sucessos da Coroa Portuguesa a partir da expulsão dos Jesuítas e implementação dos Diretórios de índios na Amazônia colonial. Como entendemos, a *Muhuraida* pretende mostrar em versos a saga dos índios Mura em contato com a sociedade envolvente, tida como civilizada, a frustrada tentativa de causar uma guerra contra estes, não autorizada pelo rei Dom João VI, e as ações de incluir no meio desse povo pessoas que não tinham propriamente a descendência da etnia Mura, processo este que ficou conhecido como *murificação*, ou seja, a própria inclusão social dos índios Mura, como afirma Pequeno (2006, p. 135). É importante citar que os Mura foram uma das principais nações que constituíram o paradigma dos índios bárbaros, ou “de corso”, contra os quais tentou se mover a mais enfurecida guerra de extermínio durante o período de colonização, na Amazônia (*idem*, p. 136). Podemos também defender a ideia para a composição da epopeia amazônica como um “ofício da fé”, simbolizando a resistência dos indígenas da etnia Mura, sendo estes foram posteriormente subjugados por força militar em nome do pensamento contido na colonização portuguesa, sendo esta expandir o Império Português e a fé cristã.

O período em que a *Muhuraida* foi produzida e sua intenção poética demonstrada no poema épico amazônico não podem ser propriamente consideradas como propriamente de um texto originário de um conceito de formação de nacionalidade brasileira, como afirma Silva (2013, p. 57). Longe disso, o poema de Wilkens expõe o que era a representação da inóspita região amazônica na visão do colonizador português sobre a terra recém-descoberta, por meio da expansão territorial e militar em nome da Coroa Portuguesa. Porém, considerar essas características não deve colocar a *Muhuraida* como um texto de representação da terra.

A composição da *Muhuraida* vem a estabelecer a formação cultural épica na região amazônica. Ao analisar-se o poema épico de Wilkens no contexto nacional da

tradição literária desse período, podemos observar os diversos elementos literários, políticos, geográficos, históricos, ideológicos, estéticos e semânticos inseridos na narrativa do militar português, presentes na obra considerando também os documentos e relatos da época relacionados à colonização portuguesa na Amazônia e na consequente resistência dos índios Mura, e seu extermínio, levando em consideração a imagem formada pelo colonizador pelo nativo.

Levando em conta registros históricos, a presença dos índios Mura às margens do rio Madeira representava ameaça aos colonos dessa região, pois como nativos irredutíveis à colonização dificultavam a exploração no interior da floresta, ameaçando estabelecimentos, vilas e cidades à margem dos rios Madeira e Solimões, visto em conta de sua grande capacidade de mobilização, ocupando praticamente toda a região da bacia hidrográfica do rio Madeira:

No poema são retomadas de forma exacerbada todas as imagens que o século XVIII construiu sobre os Mura. A ideia de uma territorialidade superdimensionada se expõe de maneira clara e completa nos versos do militar. Veremos que o poema registra o rio Madeira como território originário do grupo. A partir de 1756 ocorre o que Wilkens chama de ‘expansão do grupo’, e os Mura passariam a ocupar todos os afluentes do rio Amazonas. O poema nos fornece também os três elementos dessa espacialidade fantástica adquirida dos Mura no século XVIII: o nomadismo, o desconhecimento geral de quem soa os Mura e a ação das frentes de colonização, que empurraram essa população até a sua última fronteira com a civilização – o rio Japurá (AMOROSO, 1992, p. 304).

Partindo da imaginação do colonizador sobre os nativos, Amoroso (1992, p. 304-305) irá defender a ideia da imagem do “Mura agigantado” citado por Wilkens, visto, aliás, como uma ideia em relação ao enorme território ocupado pelos indígenas, e também pela ideia construída no poema, de que ao número real de indivíduos se somavam os milhares que deveriam ocupar os bosques marcados como território Mura. É muito recorrente a ideia dos Mura abrigarem índios de outras etnias. Como muitas vezes eram que já tinham entrado em contato com os colonizadores, e até alguns convertidos ao cristianismo, pode-se conceber a ideia de que esses índios fugitivos possam ter auxiliado na comunicação para a “voluntária” rendição e conversão. Todas as informações trazidas por Wilkens sobre a organização social e cultura material ajudam a construir perfil do guerreiro inimigo dos colonizadores e dos outros índios. Seu poema traz as características da guerra Mura, guerra de guerrilha, que foge aos padrões europeus de guerra no século XVIII.

Entendemos que desde o início de expedições e incursões que adentraram o território amazônico por parte dos colonizadores, da região amazônica surgiram várias representações de que era uma região com suas riquezas ainda a serem descobertas e exploradas pelo homem branco “civilizado”. Nesse processo de descobrimento, foram construídos diversos conceitos equivocados acerca dos nativos habitantes que habitavam a floresta tropical, demonstrando que os povos que na terra se encontravam, eram selvagens com absolutamente nenhuma noção de cultura, pátria ou civilização, em comparação ao homem branco. Essa é a principal conclusão que se chega ao ver os registros literários e escritos oficiais da época. A maioria desses relatos traz uma imagem de uma Amazônia mítica, em que havia a necessidade de se conquistar, em uma realidade à parte da vida europeia. Um dos principais relatos é o de Frei Gaspar de Carvajal, *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*, que data de 1541, na viagem de Cristóbal Acuña, responsável pela lenda das Amazonas, como afirma Costa (2013, p. 22).

A visão do estrangeiro sobre a cultura local não permite uma compreensão do outro, de se colocar em uma posição inferior. A falta de compreensão sobre a terra e o homem amazônico, no período da colonização, fez com que os exploradores não percebessem a cultura milenar dos nativos. A ambição por terras e riquezas findou no extermínio dos povos indígenas, ocorridos através da violência física, cultural e da escravidão. Junto com o choque cultural, além dos conflitos político e religioso, é evidente a parcialidade de Wilkens no poema épico, partindo da concepção portuguesa do conflito.

Discute-se as causas pela qual ocorreu o ocultamento do poema *Muhuraida* no cenário literário brasileiro e dos estudos sobre literatura brasileira em geral, em comparação a outros poemas produzidos no Brasil Colonial, como *O Uruguai* e *Caramuru*, chegando a apontar-se um enredo envolto em um conflito amoroso como indicam Treece (1993, p. 17) e Silva (2013, p. 55-56), e com a falta disto, não interessando aos outros escritores da época. Outro fator apontado para o ocultamento do poema épico amazônico deveu-se à grande distância da Amazônia dos grandes centros urbanos brasileiros:

Outra questão a ser mencionada é o fato de o épico ter sido produzido numa região que nem era reconhecida como pertencente ao Brasil no século XVIII, conforme já mencionamos anteriormente, pois a região amazônica era administrada de forma separada do restante do Brasil. Desta forma,

questionamos: Como classificar um texto como Literatura Brasileira se o mesmo foi escrito por um autor português e num território que ainda não pertencia ao Brasil? Longe de querer reduzir esse impasse a uma questão simplista de geografia política, buscamos refletir, sobretudo, sobre o fato de não haver naquele momento uma identidade cultural e um sistema literário estabelecido na região que o identificasse com a ideia de nação brasileira (COSTA, 2013, p. 56).

Aponta-se também o fato de poemas da época tentarem retratar o nativo e fazer de sua imagem uma das principais amostras da identidade nacional brasileira, não havendo essa característica no poema amazônico. Na *Muhuraida* não há uma tentativa de enaltecer a importância da presença do elemento indígena. O índio é o ser que necessita da “luz” do cristianismo. Nesse contexto, o índio aparece no meio de um embate travado entre o Bem e o Mal, em que o índio deve seu comportamento irreduzível ao colonizador como influência das forças do Mal. Recusando a presença do branco, o índio também recusa a fé cristã. Faltando a presença da religião cristã, há a necessidade de se combater as forças malignas que dominam os indígenas, por meio das missões e da conversão desses índios, com a participação dos missionários católicos de outras instituições, sendo suas atitudes a própria ação divina, capitaneando as ações das forças do bem na evangelização da Amazônia, mas na prática obedecendo ao processo de conquista da Amazônia pelos portugueses.

A *Muhuraida* teve como papel principal, no contexto da Amazônia Colonial, na construção da literatura épica feita no Brasil Colônia, junto de poemas como *Caramuru*, *Vila Rica*, *O Uruguai*, o objetivo de relatar os confrontos bélicos enfrentados pelos portugueses ocupantes da colônia ultramarina contra tanto nativos indígenas da terra quanto outros povos europeus colonizadores pelo controle da terra, cobrindo os acontecimentos ocorridos em relação ao processo de colonização. Porém no poema de Wilkens observa-se que o autor tenta construir uma epopeia cristã, como afirmam Silva & Ramalho (2011, p. 23). Essa mudança de escrita por parte do militar português acaba de certa forma alterando os rumos da poesia épica amazônica, e relativamente afastando o poema amazônico dos outros poemas produzidos na colônia portuguesa.

## POESIA ÉPICA NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Entende-se que são dois momentos distintos que fazem a *Muhuraida*. E nisso ela irá se diferenciar de todos os poemas citados. O primeiro momento se deu em 1785, quando o poema foi escrito por Wilkens; o segundo se deu em 1819, quando o poema foi publicado pelo padre Cypriano Pereira Alho. Nessa época o projeto colonialista português estava passando por uma enorme crise sem precedentes. De fato as crises políticas vêm a surgirem na segunda metade do século XVIII e se intensificaram até a independência ainda nos meados da primeira metade do século XIX, como cita Grizoste (2018, p. 95).

Acrescentando-se a isso, podemos compreender a composição do poema *Muhuraida* como elemento formador cultural da região amazônica, como explica Caldas (2007, p. 6-7). Ao analisar-se o poema épico de Wilkens no contexto nacional da tradição literária em questão, podemos observar os diversos elementos literários inseridos na narrativa do militar português, além dos documentos e relatos da época relacionados à colonização na Amazônia e a resistência dos Mura, e seu extermínio.

O poema que vem a enaltecer o triunfo da fé surge exatamente na época em que o Marquês de Pombal expulsa a Companhia de Jesus do Brasil, no século XVIII. A Companhia havia controlado por dois séculos as aldeias missionárias e coordenavam o trabalho indígena. Nesse período, as Leis de Liberdade de 1755 trouxe o fim à escravidão indígena e promoviam o casamento entre homens brancos e mulheres nativas. Dentre estes projetos de colonização, nomeadamente para o Grão-Pará, destaca-se o famoso *Directório do que se deve observar nas Povoações dos Índios e do Pará, e Maranhão enquanto sua Majestade não mandar o contrário* de 1758. Estas comunidades indígenas saíram da tutela de Jesuítas e acabaram sendo transferida a administração de Diretores leigos, como afirma Treece (1993, p. 17). Por trás de uma propaganda contra os jesuítas e das leis de emancipação e integração das comunidades indígenas estava o real interesse em libertarem a mão-de-obra indígena para o que podemos denominar como o primeiro projeto agrícola pré-capitalista. A *Muhuraida*, portanto, nasce exatamente em um momento de crise entre o Estado e a Igreja, e surgimento do sistema capitalista (GRIZOSTE, 2018, p. 95; COSTA, 2013, p.16;



SILVA, 2018, p. 120). Os dois momentos da *Muhuraida* estão alicerçados em duas conjunturas de crises. No primeiro a crise da Igreja, e no segundo momento a crise do Estado Português.

Levando em conta registros históricos, a presença dos índios Mura às margens do rio Madeira representava ameaça aos colonos dessa região, pois como nativos irredutíveis à colonização branca dificultavam a exploração no interior da mata, ameaçando estabelecimentos, visto em conta de sua grande capacidade de mobilização, ocupando a região do rio Madeira.

A publicação dos *Autos da Devassa Contra os Índios Mura do Rio Madeira e Nações do Rio Tocantins*, datada dos períodos de 1738-39, nos ajuda a entender o processo para se chegar à chamada “guerra justa” contra os índios Mura (AMOROSO, 2009, sp; COSTA, 2013, p.127). Apesar de não ter sido autorizado o uso de força militar portuguesa contra a nação indígena Mura por parte de Dom João VI, sabe-se que os nativos das margens dos rios Madeira e Solimões foram diversas vezes atacados por forças particulares e tropas coloniais nos anos posteriores. Além disso, observa-se também a falta de ocorrência de um conflito bélico propriamente dito no poema de Wilkens, importando-se especialmente no relato da iminência do conflito entre nativos Mura e tropas militares portuguesas, os trabalhos de conversão dos indígenas para a religião católica, e o sucesso da empreitada portuguesa na região dos rios Madeira e Solimões, obtendo a pacificação e rendição dos Mura na região:

Wilkens exclui de seu poema o confronto bélico, não insere no relato narrativo nenhuma ação guerreira movida contra os Mura, poderosa nação indígena do rio Madeira, que resistiu na defesa de seu território, durante um século pelo menos, ao processo de colonização portuguesa e jesuítica da Amazônia, até a rendição completa na segunda metade do século XVIII, dizimada pela guerra contra o colonizador e outras tribos indígenas, e pelas doenças contraídas com o homem branco. A adoção da perspectiva religiosa, aportando o aval divino para a ação missionária e civilizadora, impede a contraposição das óticas culturais do colonizador e do colonizado, eliminando do poema de Wilkens o espaço de integração do viés nacionalista configurado nos outros poemas. Por outro lado, a exclusão do feito bélico impõe a construção da identidade heróica a partir do maravilhoso cristão, decorrente da aderência mítica cristã projetada no fato histórico, enfraquecendo a ação épica e o estatuto do herói (SILVA & RAMALHO, 2011, p. 23-24).

Pêgo (2010, p. 71) vem a argumentar sobre a existência de três presenças heroicas – a força militar, que atuava na região, protegida pela lei dos Diretórios de Índios, o poder da fé, resultado de incessante trabalho dos missionários de diferentes

ordens religiosas, e as necessidades dos próprios índios Mura – que acabam por revelar o conflito político e ideológico consequente da aplicação da política indigenista oficial e da preservação do domínio religioso na esfera da questão indígena, que vem a deixar a vislumbrar as contradições existentes de sua aplicação nos aldeamentos ameríndios, assim como demonstrado a grande necessidade premente de reformas administrativas que revisassem tanto a questão de fronteiras e da exploração da colônia quanto a questão do índio. A partir disso, podemos observar com mais clarezas as contradições existentes:

Tais contradições encontram reforço no tratamento que Wilkens dá ao índio, outra questão marcada pelo dualismo. Do selvagem irracional, retrato de uma bestialidade demoníaca, os Mura transformaram-se em criaturas dóceis, dispostas a aceitar a sua assimilação no projeto desenvolvimentista de colonização. O processo de transformação deixa transparecer a opressão sofrida pelos Mura nas mãos do poder colonial português, que num determinado momento da narrativa, assume o papel de antagonista. É esse mesmo poder opressor que se dá conta da necessidade de procurar novos meios para ganhar um aliado nos combates às forças inimigas, representadas, naquela região, pelos espanhóis e pelos índios ainda não pacificados (PÊGO, 2010, p. 72).

Na *Muhuraida*, percebemos que a linguagem utilizada no poema é amostra da visão do português, em contato com o indígena amazônico. Essa linguagem expressa à realidade do contexto do massacre dos Mura, que se opunham aos interesses econômicos e políticos da Coroa Portuguesa, além dos enormes transtornos causados aos colonos que habitavam e navegavam por volta dos rios Madeira e Solimões. A *Muhuraida* teve como papel principal, no contexto da Amazônia Colonial, a construção da literatura épica, junto de poemas como *Caramuru*, *Vila Rica*, *O Uruguai*, o objetivo de relatar os confrontos bélicos enfrentados pelos portugueses, cobrindo os acontecimentos ocorridos em relação ao processo de colonização. Porém no poema de Wilkens tenta-se construir um poema épico com uma temática cristã e também com a temática sobrenatural. Essa mudança de escrita por parte do militar português acaba de certa forma alterando os rumos da poesia amazônica proposta.

O poema heroico de Wilkens inicia realizando, no primeiro canto, um relato sobre a situação de guerra nas margens dos rios amazônicos, com guerra de curso empreendida pelos Mura contra as vilas e fortificações militares portuguesas, além de aldeamentos de indígenas já pacificados pelos colonizadores. Como que saindo das “trevas” espiritual, os Mura, manipulados em suas ações pelo Príncipe das Trevas,

conduzem uma cruel guerra, como nos relatos portugueses, não poupando as vidas dos homens rendidos, e capturando para sua posse e escravidão mulheres e crianças, e transformando estes em novos Mura. Wilkens fala no “Mura agigantado”, ideia de que os índios ocupavam e agiam em sua guerra de curso em uma vasta área entre as bacias hidrográficas do Amazonas (Solimões), Madeira, Purus e aproximando-se das margens do rio Negro, na região de Manaus.

No segundo canto, Wilkens deixa perceber-se uma desesperança em relação à paz entre a nação Mura e os portugueses, porém eis que surge a ação divina para reverter essa situação. O Mensageiro divino (Paraninfo ou Mura celeste) surge em um determinado dia como uma revelação para um jovem guerreiro Mura (Mura jovem), e tenta convencê-lo a abandonar à guerra. O Mura jovem, perplexo, imagina ser um parente morto a pouco tempo antes, devorado por um crocodilo ao cair no rio. A partir desse momento o Mensageiro consegue dialogar com o Mura, convencendo este a se converter ao cristianismo.

No terceiro canto, o Mensageiro continua a dialogar com o Mura, para que este convença sua nação a abandonar a guerra e seguir ao aldeamento de Imapiri, buscar a conversão. Então acontece o diálogo entre o Mura jovem, tentando fazer os Muras mudarem em suas ações, e o Mura ancião (ou Mura velho), que é extremamente contrário a um acordo de paz com os portugueses, visto as ações dos colonizadores em tempos passados, escravizando e trazendo sofrimento aos nativos, e indicando a pouca experiência do Mura jovem a causa de sua tentativa de conciliação.

No canto quarto narra-se a ida de Mathias Fernandes, diretor da aldeia de Imapiri e agente da pacificação, à Vila de Ega (atual Tefé), guiado pelo Mensageiro divino, sendo apresentado à João Batista Martel, tenente-coronel e chefe, para relatar a atual posição dos índios Mura. É também contada a chegada dos Mura com suas ubás ao aldeamento de Imapiri.

No canto quinto vem a narrar a chegada e pacificação dos Mura em Imapiri e sua ida à Vila de Ega, colocando a ação de Deus e dos diretores como principais causadores da paz na região. E no canto sexto é relatado o batismo de vinte índios Mura, assegurando sua conversão ao cristianismo e o processo de pacificação. No fim evidencia-se a ideia da vontade divina, presente em todo o poema, no sucesso da administração dos diretores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após quase dois séculos de sua publicação, a *Muhuraida* vem a resgatar os primórdios da literatura amazonense/amazônica, em que a Amazônia, no século XVIII, ainda vivia sob a égide e domínio da Coroa Portuguesa. O poema de Wilkens pode ser traduzido como um relato, trazendo à tona o momento vivido pela província do Grão-Pará, precisamente na região do estado do Amazonas atual, que veio a ter autonomia provincial em 1850. Apesar de oculto na crítica literária até pouco tempo, O poema épico de Wilkens foi primordial para a literatura amazonense, sendo de enorme importância para a formação literária na região amazônica. É um poema que nos traz de volta à questão, da colonização empreendida pelo Império Português no território amazônico, principalmente em fins do século XVIII.

A obra mostra como se deu o processo de colonização pela Coroa Portuguesa, em meados do século XVIII, especialmente no que se diz a tenaz resistência dos gentis Mura, que foram extremamente hostis e belicosos à invasão portuguesa. A colonização também se deu por meio da catequização dos indígenas, dando a conversão dos índios Mura e seu consequente extermínio. Tudo isto retratado na epopeia de uma forma poética, formando uma construção épica de tais acontecimentos ocorridos no Amazonas, mais especificamente nas margens dos rios Amazonas, Madeira e Solimões.

Em relação à influência da concepção árcade-neoclássica, podemos conceber a ideia de que a literatura pôs em destaque a concepção clássica daquele período. Entendeu-se que as ações heroicas fizeram o homem melhor e mais civilizado, resultando no aperfeiçoamento e progresso de suas ideias, conceitos e instituições. A ideia de progresso levava a concepção do arbítrio e ação divina e, mesmo, deste como ato de Deus, e de sua Santa Providência, esperando-se como resultado um mundo melhor, porém, ainda assim, dependente das ações humanas. Ainda também é importante citar a ideia das “Luzes”, influência direta do Iluminismo, de forma mais específica, sobre determinadas concepções ou ideias de nação, povo, além de agentes históricos, políticos e sociais.

É inegável a importância desta obra para a literatura amazonense e, conseqüentemente, para a literatura brasileira no geral, principalmente no período de colonização do Brasil entre os séculos XVI a XIX, onde não há muitos registros escritos

e a literatura brasileira começava a amadurecer. É importante também destacar a importância histórica do poema, pois registra um dos acontecimentos mais importantes da capitania do Grão-Pará.

O que se mostra na trama do poema épico *Muhuraida* é uma visão parcial da conquista da Amazônia, glorificando as ações portuguesas na região, contra os Mura, um dos maiores inimigos dos interesses da Coroa Portuguesa no Amazonas, cantando de forma pela poesia épica seus feitos, a catequização e conseqüentemente o extermínio do povo Mura.

Por fim, entendemos que o poema de Wilkens consiste no primeiro texto produzido no território amazônico a memória da literatura no Amazonas, enfatizando os primórdios da literatura amazonense no final do século XVIII. A *Muhuraida* também pode ser compreendida como um relato histórico da política portuguesa na Amazônia. Procurou-se realizar neste artigo uma síntese dos acontecimentos que Wilkens veio a relatar, que conseqüentemente resultaram no extermínio parcial da população dos índios Mura, retratada pelos colonizadores portugueses como “pacificação”, além da ocupação do antigo território dos Mura pelos portugueses e a criação dos Diretórios, com a expulsão dos jesuítas. Estudar a *Muhuraida* significa, principalmente como proposto no artigo, uma forma de resgatar a memória literária amazonense, poema que pôs a Amazônia nos estudos e na concepção da poesia épica-árcade-neoclássica, e deixou um legado como o primeiro texto literário produzido no Amazonas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Ivone Marli de Andrade. *Muraida, o impacto da fé na colonização da Amazônia*. Manaus: FAPEAM, 2013.
- AMORIM, Maria Adelina; MENDES, José Maria. *Questões jurídicas sobre os índios do Brasil* in *Cadernos de Literatura de Viagens* 2 (2010) 25-57.
- AMOROSO, Marta Rosa. *Corsários do caminho fluvial: Os Mura do rio Madeira* in CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992, p. 297-310.
- BASTOS, Alcmeno. *O índio antes do indianismo*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011.
- CALDAS, Yurgel Pantoja. *Eles são muitos e incontáveis: estratégias coloniais emigratórias dos índios Mura contra o processo pombalino para o domínio*

*amazônico, a partir de Muhuraida, de Henrique João Wilkens.* Belém: Novos Cadernos NAEA, 2010, p. 171-198.

- \_\_\_ *Muhuraida: entre história e ficção.* Porto Alegre: PPG-LET-UFRGS, 2006.
- \_\_\_ *A construção épica da Amazônia no poema Muhuraida, de Henrique João Wilkens.* Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- COSTA, Verônica Prudente. *Muraida: A tradição literária de viagens em questão.* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – Faculdade de Letras. 2013. 158 p.
- DIRECTÓRIO *que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrario.* Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1758.
- GÓIS, Sales Maciel. *Henrique João Wilkens: um poeta pioneiro no Amazonas.* Manaus: Mundo Amazônico 4, 2013. p. 183-197.
- GRIZOSTE, Weberson Fernandes. *Os princípios da Muhuraida* in ALBUQUERQUE, Renan, GRIZOSTE, Weberson (org.). *Estudos Clássicos e Humanísticos & Amazonidades.* Vol. 2. São Paulo: Alexa Cultural, 2018, p. 93-114.
- \_\_\_ *Os Timbiras: Os paradoxos antiépicos da Ilíada Brasileira.* Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.
- KRÜGER, Marco Frederico. TELLES, Tenório (org.). *Poesia e Poetas do Amazonas.* Manaus: Editora Valer, 2006.
- PÊGO, Tânia, *Muhuraida: Entre a fé e a lei, pela pacificação dos índios* in *Cadernos de Literatura de Viagens 2* (2010) 60-76.
- PEQUENO, Eliane da Silva Souza. *Mura, guardiães do caminho fluvial.* Brasília, Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, v.3, n.1/2, 2006, p.133-155.
- SILVA, Anazildo Vasconcelos da. RAMALHO, Christina Bielinski. *Dois momentos da épica árquade-neo-clássica brasileira: Vila Rica e Muhuraida.* Matraca, Rio de Janeiro: v.18 n.29, jul./dez. 2011.
- SILVA, Maria de Nazaré Carvalho, *Estudos sobre a Muhuraida e suas raízes clássicas.* in ALBUQUERQUE, Renan, GRIZOSTE, Weberson (org.). *Estudos Clássicos e Humanísticos & Amazonidades.* Vol. 2. São Paulo: Alexa Cultural, 2018, p. 115-136.
- TREECE, David H. *Introdução crítica à Muhuraida.* in WILKENS, Henrique João. *Muhuraida ou o triunfo da fé.* Org. David Treece. Manaus: Biblioteca Nacional/UFAM/Gov. AM, 1993, p. 11-31.
- VAZ DIAS, Leonardo Guimarães. *Gentios de corso: os mura na conquista e colonização do norte da América portuguesa.* João Pessoa: ANPUH – XXII Simpósio Nacional De História, 2003.
- WILKENS, Henrique João. *Muhuraida ou o triunfo da fé.* Org. David Treece. Manaus: Biblioteca Nacional/UFAM/Gov. AM, 1993.
- \_\_\_ *Muraida ou o triunfo da fé.* Org. Tenório Teles. Manaus: Valer, 2012.
- \_\_\_ *Muhuraida ou o triunfo da fé.* Org. W. F. Grizoste. Manaus/Parintins: UEA, 2017.